



Ata dos trabalhos da Reunião Extraordinária Remota (Virtual) da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia vinte e um de maio de dois mil e vinte, às dezessete horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara, virtualmente, conforme Portaria nº 50, de 17 de abril de 2020, que “Estabelece diretrizes para a realização de sessão plenária remota (virtual) e dá outras providências”. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal, verificando-se a presença virtual de todos os vereadores. O Senhor Presidente, sob a proteção de Deus e em nome do povo nova-limense, declarou aberta a reunião. Prosseguindo, solicitou a leitura:

1) Parecer Conjunto das Comissões de Legislação e Justiça; Serviços Públicos Municipais; Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 1.915/2020, autoria do Poder Executivo, que “Institui, no âmbito do Poder Executivo Municipal, o Programa de Desligamento Voluntário – PDV, além de dar outras providências”. Senhor Secretário: “Presidente, infelizmente, a leitura se encontra prejudicada porque dos três membros da Comissão de Legislação e Justiça, apenas o vereador Tiago Tito assinou. Os vereadores José Guedes e Kim do Gás não assinaram o parecer”. Senhor Presidente: “mas novamente? O Presidente da Comissão de Legislação e Justiça alegou que faria reunião na segunda-feira, só consta a assinatura do vereador Tiago Tito?”. Senhor Secretário: “só”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Tiago Tito”. Vereador Tiago Almeida Tito: “é de se estranhar, viu, Presidente? Porque realmente, eu saí da minha casa, acordei às seis e meia da manhã para ir à uma reunião



na segunda-feira, a reunião ocorreu, então, eu acho que chegou a hora de ter providências em relação a isso, porque foi dado o prazo para todo mundo assinar...”. Senhor Presidente: “houve a reunião, aconteceu a reunião?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “houve a reunião, mas não deu andamento no parecer”. Senhor Presidente: “eu vou nominar uma nova Comissão de Legislação e Justiça”. 2) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.919/2020, autoria do Poder Executivo, que “Estabelece Diretrizes Gerais para a elaboração do Orçamento do Município para o exercício de 2021 e dá outras providências”. Senhor Secretário: “Presidente, da mesma forma, os vereadores José Guedes e Kim do Gás não assinaram o parecer, somente tem a assinatura do vereador Tiago Tito”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Presidente”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Wesley de Jesus”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “aqui, se teve a reunião, como eu acho que pontuou o vereador Tiago Tito, houve a reunião e não houve a assinatura, tendo em vista que as atividades da Câmara estão suspensas, eu sugiro a Vossa Excelência que consulte os vereadores que não assinaram para que eles se manifestem quanto à assinatura deles, quanto à validação dos pareceres de todos os projetos que foram retirados da pauta por falta de participar da comissão, da última”. Senhor Presidente: “vereador Wesley de Jesus, ficou à disposição durante a semana toda, à disposição deles na secretaria da Câmara Municipal. Já tomei a decisão, por várias vezes eu já solicitei a todos os vereadores, presidentes de comissões,



membros de comissões para realizarem, assinarem esses pareceres. Eu não vou permitir, não é justo a gente, mais uma reunião, sem parecer. Se foi feita a reunião, por que não assinou, gente? Passava lá e já assinava de uma vez esses pareceres. Já falei, já tomei a seguinte medida, vou nominar nova Comissão de Legislação e Justiça”. 3) Parecer Conjunto das Comissões de Legislação e Justiça; Serviços Públicos Municipais; Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 1.920/2020, autoria do Poder Executivo, que “Altera a redação do artigo 211 da Lei Municipal nº 2.590, de 01/08/2017, além de dar outras providências”. Senhor Secretário: “Presidente, mais um parecer em que não constam as assinaturas”. Senhor Presidente: “mas não é possível, não tem a assinatura então de nenhum parecer?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “olha, não, Senhor Presidente”. Senhor Secretário: “do vereador Tiago tem a assinatura”. Senhor Presidente: “pois é, essa comissão é composta pelo vereador Tiago Tito?”. Senhor Secretário: “José Guedes e Kim do Gás”. Senhor Presidente: “o presidente é o vereador José Guedes?”. Senhor Secretário: “é”. 4) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.923/2020, autoria do vereador Wesley de Jesus Silva, que “Autoriza o Poder Executivo a incluir os trabalhadores do comércio local no Programa Social ‘Vida Nova’, regido pela Lei Municipal nº 1.877, de 20 de setembro de 2005, alterada pela Lei Municipal nº 2.201, de 03 de maio de 2011”. Senhor Secretário: “Presidente, mais um parecer em que não constam as assinaturas dos vereadores José Guedes e Kim do Gás, apenas do vereador Tiago Tito”. 5) Parecer



Conjunto das Comissões de Legislação e Justiça; Serviços Públicos Municipais; Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 1.924/2020, autoria do vereador Wesley de Jesus Silva, que “Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção tributária, suspender a cobrança de tributos e dá outras providências”. Senhor Secretário: “Presidente, também não constam as assinaturas dos vereadores José Guedes e Kim do Gás, apenas do Tiago Tito”. Senhor Presidente: “também aconteceu a reunião”. 6) Parecer Conjunto das Comissões de Legislação e Justiça; Serviços Públicos Municipais; Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 1.926/2020, autoria do vereador Alessandro Luiz Bonifácio, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas concessionárias do serviço de transporte público coletivo do Município de Nova Lima a instalar dispensadores de álcool gel no interior dos veículos desse serviço”. Senhor Secretário: “Presidente, também não constam as assinaturas dos vereadores José Guedes e Kim do Gás, apenas Tiago Tito”. 7) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.931/2020, autoria do vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, que “Institui a distribuição de kit merenda escolar para alunos matriculados na rede estadual de ensino no Município de Nova Lima, em decorrência da situação de emergência pública reconhecida pelo Decreto Municipal nº 10.008/2020 e do Decreto nº 113/2020 do Estado de Minas Gerais, face à pandemia de coronavírus (Covid-19) decretada pela Organização Mundial da Saúde e dá outras providências”. Senhor Secretário: “Presidente, também não



constam no parecer as assinaturas dos vereadores José Guedes e Kim do Gás e, nesse caso, também não consta a do vereador Tiago Tito e eu acho que ele vai se manifestar para justificar o porquê”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Tiago Tito”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, é só para deixar claro que esse projeto é um projeto de autoria do vereador Álvaro Azevedo, que ‘Institui a distribuição de kit merenda escolar para alunos matriculados na rede estadual’. E o meu posicionamento em relação à constitucionalidade e legalidade desse projeto é favorável, então, eu discordo dos outros dois membros, por isso da minha não assinatura, em discordância, porque o meu parecer seria favorável à tramitação desse projeto em relação à constitucionalidade e legalidade; ele não tem nenhum vício de inconstitucionalidade. Só para deixar claro que é o único que você vai ver, por minha parte, sem assinatura”. Senhor Presidente: “vereador Álvaro Azevedo, existe alguma outra comissão, sem ser a Legislação e Justiça, faltando assinatura? Que não tenha assinatura de, pelo menos, dois vereadores?”. Senhor Secretário: “espera aí, tenho que conferir aqui, Presidente, só um instante”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, enquanto ele confere, o senhor me permite um aparte?”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Tiago Tito”. Vereador Tiago Almeida Tito: “é só para fazer uma defesa e não é polemizar ninguém. Nós temos cinquenta pessoas nos assistindo via YouTube, mas quem nos acompanha há um tempo viu que vários questionaram Vossa Excelência, reclamando que os projetos importantes do Executivo estavam parados. E,



hoje, cai por terra que esses projetos não são tão importantes assim, porque nem a assinatura de pareceres fizeram. Ou eles não são tão importantes ou não tinha esse tanto de urgência igual foi colocado”. Senhor Presidente: “segunda parte. Ah, não. Vereador Álvaro Azevedo, o senhor está...”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “pois é, eu vou conferir aqui um por um, Presidente”. Vereador José Geraldo Guedes: “Presidente”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador José Guedes”. Vereador José Geraldo Guedes: “eu passei na Câmara, na parte da manhã, mais uma vez fechada. Vou apresentar para o senhor o atestado médico, eu fiz uma série de exames. Eu jamais, em tempo algum, deixo de reunir, se for preciso, semanalmente. Todos os vereadores são prova de que nada para em minhas mãos. Então, eu não posso deixar um exame que estava marcado há meses, sendo que eu compareci, sim, na porta da Câmara, na parte da manhã, por duas ou três vezes, estava fechada. E vou provar para o senhor que os meus exames e a apresentação no médico que fez a minha cirurgia foi na parte da tarde. Agora, se quiser cortar, colocar outra comissão, pode colocar. Eu estou pronto para assinar na próxima segunda-feira, se o senhor interessar. O senhor...”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente”. Senhor Presidente: “com a palavra...”. Vereador José Geraldo Guedes: “eu estou com a palavra ainda. O senhor sabe que eu sou um membro da comissão que não procuro segurar nenhum projeto, inclusive, nós nos reunimos na segunda-feira, oito horas da manhã. Então, realmente, eu não pude, caso de saúde é especial. Meu caso, graças a Deus, o médico me mandou fazer uma



série de exames novamente. Meu caso foi muito grave, eu tenho que olhar a minha saúde. Obrigado”. Senhor Presidente: “vereador José Guedes, eu entendo a sua situação. Agora, o senhor realizou exame durante toda a semana? Porque a Câmara...”. Vereador José Geraldo Guedes: “sim, eu vou mostrar para o senhor”. Senhor Presidente: “a Câmara se encontra aberta, o senhor sabe muito bem, todos os dias. Então, o senhor apresenta o atestado da semana integral, eu vou analisar”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Álvaro Azevedo”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “só lembrando que, na verdade, esse projeto não entrou na sessão da semana passada, para não ter tido tempo só durante essa semana. Esse projeto tem, no mínimo, três semanas que está tramitando na Câmara. Então, tempo existiu sim, inclusive, tempo hábil para apreciar e emitir parecer. Mas de qualquer forma, Presidente, eu aproveito para comunicar também que a Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas só consta a assinatura do vereador Alessandro Coxinha. A assinatura do vereador José Guedes e nem a minha constam nos pareceres. Eu quero, desde já, justificar a falta da minha assinatura, porque, desde o início, quando essa comissão foi formada, essa comissão não funciona, essa comissão inexistente, Presidente. Portanto, por conta disso, é que eu me recuso a assinar os pareceres, porque eu não participo, eu não sou convocado para as reuniões dessas comissões. Fui convocado apenas uma vez, corretamente, pelo vereador Coxinha, no final do ano passado, para apreciar o orçamento, que ele agiu corretamente.



Mas o resto, todas as vezes que a comissão é demandada, ela não se reúne. Portanto, por não ter a reunião da comissão, eu me recuso a assinar parecer, que não houve discussão do projeto. Então, eu sugiro ao senhor também que redefina essa Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas”. Senhor Presidente: “o vereador Kim do Gás, que faz parte da Comissão de Legislação e Justiça, também não consta a assinatura do senhor nos pareceres. O senhor teria alguma justificativa também?”. Vereador Ederson Sebastião Pinto: “eu estava viajando, voltei, fui na parte da manhã à Câmara e estava fechada”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Wesley de Jesus”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “para as pessoas que estão nos acompanhando em casa, eu quero primeiro ressaltar (o som está voltando) que eu estou na Câmara há três anos e meio, quando eu cheguei lá funcionava assim: o vereador, antes da sessão, entregavam para ele o parecer, para ele falar se concordava ou não. Então, esse teatro que está sendo feito aqui, como se comissão funcionasse na Câmara”. Senhor Presidente: “vereador Wesley de Jesus, vereador Wesley de Jesus”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “tem três ano e meio que nunca teve comissão funcionando na Câmara Municipal de Nova Lima”. Senhor Presidente: “vereador Wesley de Jesus”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “estão pressionando o vereador Kim do Gás e o vereador José Guedes, expondo uma falha da Câmara publicamente, que é uma falha que já funciona. Então, o senhor está querendo bancar o bom moço, Presidente, como se funcionasse, mas isso nunca funcionou”.



Senhor Presidente: “vereador Wesley de Jesus, melhora aí, o microfone do senhor está com o volume muito alto, está dando muito eco. Diminui um pouco o volume aí”.

Vereador Tiago Almeida Tito: “já deu para entender, Senhor Presidente. A decisão já foi tomada ou não foi, Senhor Presidente? Vamos tocar a reunião”. Senhor Presidente:

“vereador Wesley de Jesus, os senhores se encontram no mesmo ambiente?”. Vereador

Wesley de Jesus Silva: “eu me encontro no mesmo ambiente que alguns vereadores”.

Senhor Presidente: “o senhor poderia, no momento em que cada vereador for fazer uso da palavra, os outros quatro, por favor, o senhor solicita que os outros quatro diminuam,

bloqueiem o microfone, porque está dando microfonia, está dando eco”. Vereador

Wesley de Jesus Silva: “nós não temos condições, Presidente. É o senhor... Como foi feito semana passada”. Senhor Presidente: “deve estar algum aí com o microfone no

volume máximo aí. Então, vamos lá”. Continuando, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Lei nº 1.910/2020, autoria do Poder Executivo, que

“Institui o Programa Especial de Regularização Tributária – PERT e Remissão Fiscal, no âmbito do Município de Nova Lima, e dá outras providências”. Senhor Presidente:

“solicito ao Senhor Secretário a leitura da emenda de autoria dos vereadores Tiago Tito, Coxinha, Álvaro Azevedo, Fausto Niquini, Soldado Flávio e Silvânio Aguiar”. Senhor

Secretário: “Presidente, é uma dúvida. Os vereadores tiveram acesso à emenda, por e-mail, que foi encaminhada. Eu gostaria de saber do senhor se eu posso fazer a leitura apenas da justificativa da emenda”. Senhor Presidente: “pode, autorizado”. Senhor



Secretário: “Senhor Presidente e nobres pares. Com os nossos cordiais cumprimentos, temos a honra de encaminhar, para análise e apreciação desta Augusta casa de leis, emenda substitutiva ao projeto de lei nº 1910/2020, nos termos do art. 192, incisos I e IV do Regimento Interno desta Casa, o qual “Institui o Programa Especial de Regularização Tributária – PERT e Remissão Fiscal, no âmbito do Município de Nova Lima, e dá outras providências”. Em que pese a importância do Projeto de Lei, ora apresentado para o povo de Nova Lima, com o objetivo de aperfeiçoá-lo e de conferir maior concretude ao princípio da isonomia e ao postulado constitucional da Dignidade da Pessoa Humana, necessárias se fazem algumas alterações para adequá-lo à realidade das famílias nova-limenses, sem perder de vista os deletérios efeitos da pandemia do coronavírus que se projetam na economia do município. O art.3º do Projeto estabelece que “poderão ser liquidados, no âmbito do Programa, os débitos de natureza tributária decorrentes de fatos geradores ocorridos até 31 de janeiro de 2020 e os débitos de natureza não tributária vencidos até 31 de janeiro de 2020”. Todavia, a presente emenda propõe ampliar os débitos passíveis de regularização tributária, incluindo todos aqueles que se vencerem até 30 de maio de 2020. O art.4º do Projeto estabelece que “a adesão ao PERT ocorrerá por meio de requerimento, em formulário próprio dirigido à Secretaria Municipal de Fazenda, de “Termo de Confissão de Dívida e Parcelamento”, a ser efetuado no período compreendido entre 1 de julho de 2020 e 30 de setembro de 2020”. A presente emenda também amplia o prazo de adesão que poderá ser feito no



período compreendido entre 1 de julho de 2020 e 30 de setembro de 2020. Foram também ampliadas as alíquotas de descontos das multas, honorários advocatícios e juros de mora. Nessa linha de raciocínio, proponho a presente emenda para modificar a redação dos dispositivos do Projeto de Lei, adequando-a aos fundamentos lançados acima. Contamos com a sensibilidade dos nobres edis para aprovação da presente emenda. Em 29 de abril. Assinaram, portanto, os vereadores já nominados pelo senhor”.

Senhor Presidente: “em discussão, em votação a emenda ao Projeto 1.910. Vereador Coxinha, como vota?”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “a favor, Presidente”.

Senhor Presidente: “vereador Kim do Gás, como vota?”. Vereador Ederson Sebastião Pinto: “a favor”. Senhor Presidente: “vereador José Guedes, como vota?”. Vereador José Geraldo Guedes: “a favor”. Senhor Presidente: “vereador Boi, como vota?”. Vereador José Carlos de Oliveira: “a favor”. Senhor Presidente: “vereador Wesley de Jesus, como vota?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “favorável”. Senhor Presidente: “vereador Soldado Flávio de Almeida, como vota?”. Vereador Flávio de Almeida: “a favor”. Senhor Presidente: “vereador Silvânio Aguiar, como vota?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu voto a favor, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “vereador Tiago Tito, como vota?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “favorável”. Senhor Presidente: “vereador Álvaro Azevedo, como vota?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “a favor”. Senhor Presidente: “nove votos, aprovada a emenda ao Projeto 1.910. Em discussão, em votação o Projeto 1.910/2020, com a emenda. Vereador



Coxinha, como vota?”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “a favor, Presidente”.

Senhor Presidente: “vereador Kim do Gás, como vota?”. Vereador Ederson Sebastião Pinto: “a favor”. Senhor Presidente: “vereador José Guedes, como vota? Vereador José Guedes, como vota?”. Vereador José Geraldo Guedes: “a favor”. Senhor Presidente: “vereador Boi, como vota?”. Vereador José Carlos de Oliveira: “a favor”. Senhor Presidente: “vereador Wesley, como vota?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “favorável”. Senhor Presidente: “vereador Soldado Flávio, como vota?”. Vereador Flávio de Almeida: “a favor”. Senhor Presidente: “vereador Silvânio Aguiar, como vota?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “favorável, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “vereador Tiago Tito, como vota?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “favorável, Senhor Presidente. Se o senhor puder colocar em segunda votação ainda hoje, por gentileza”. Senhor Presidente: “vereador Álvaro Azevedo, como vota?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “a favor”. Senhor Presidente: “por nove votos, aprovado o Projeto 1.910/2020, com a emenda. Atendendo à solicitação do vereador Tiago Tito para que façamos ainda hoje a segunda votação do Projeto 1.910. Quem for contrário se manifeste. Aprovado. O projeto entra em segunda votação ainda hoje. 1.910/2020 em segunda e última votação. Vereador Coxinha, como vota?”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “a favor”. Senhor Presidente: “vereador Kim do Gás, como vota?”. Vereador Ederson Sebastião Pinto: “a favor”. Senhor Presidente: “vereador José Guedes, como vota?”. Vereador José Geraldo Guedes: “a favor”. Senhor



Presidente: “vereador Boi, como vota?”. Vereador José Carlos de Oliveira: “a favor”.

Senhor Presidente: “vereador Wesley de Jesus, como vota?”. Vereador Wesley de Jesus

Silva: “favorável”. Senhor Presidente: “vereador Soldado Flávio, como vota?”.

Vereador Flávio de Almeida: “a favor”. Senhor Presidente: “vereador Silvânio Aguiar,

como vota?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “favorável, Senhor Presidente”. Senhor

Presidente: “vereador Tiago Tito, como vota?”. Vereador Tiago Almeida Tito:

“favorável, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “vereador Álvaro Azevedo, como

vota?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “a favor”. Senhor

Presidente: “aprovado, por nove votos. Encaminho o Projeto 1.910/2020 à sanção”.

Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, pela ordem”. Senhor Presidente:

“com a palavra o Tiago Tito”. Vereador Tiago Almeida Tito: “só para deixar claro para

a população que nos assiste e, graças ao apoio, à autoria dos vereadores, além deste

vereador que vos fala, do Álvaro, Fausto Niquini, Flávio de Almeida, Silvânio Aguiar e

o Coxinha, esse projeto é de regularização, que as pessoas podem regularizar seu IPTU

atrasado, empresas, o ISS, ICMS, enfim, todos os tributos com a Fazenda Municipal. E

nessa emenda que a gente aprovou, nesse projeto aprovado, nós estamos dando noventa

e nove por cento de redução de juros e multa, visto que nós estamos em um momento de

pandemia, as pessoas estão com menos recursos, além disso, contribuir para a

prefeitura, uma receita que talvez ela não teria previsão de receber. O cidadão ou aquela

empresa que quiser regularizar vai poder ter noventa e nove por cento de desconto,



inclusive de honorários daqueles débitos que estiverem ajuizados. Então, é para dar os parabéns aos vereadores Álvaro, Fausto Niquini, Flávio, Silvânio, o vereador Coxinha e no meu caso também, que a gente conseguiu esse feito para a população”. 2) Projeto de Lei nº 1.913/2020, autoria do Poder Executivo, que “Altera dispositivo da Lei Municipal nº 2.704 de 26 de agosto de 2019 e dá outras providências”. Senhor Presidente: “em discussão, em primeira votação. Vereador Coxinha, como vota?”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, se puder consultar o Plenário para pôr esse projeto em segunda votação ainda hoje, por favor. Meu voto é a favor”. Senhor Presidente: “atendendo à solicitação do vereador Coxinha para que façamos a segunda votação desse projeto ainda hoje. Quem for contrário, se manifeste, por favor. Vereador Kim do Gás, como vota?”. Vereador Ederson Sebastião Pinto: “favorável”. Senhor Presidente: “vereador José Guedes, como vota?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Presidente, pela ordem”. Vereador José Geraldo Guedes: “a favor”. Senhor Presidente: “vou chegar no senhor, Tiago Tito”. Vereador Tiago Almeida Tito: “é só para ressaltar que esse projeto é aquela alteração de quinze por cento para trinta por cento”. Senhor Presidente: “é alteração da LDO”. Vereador Tiago Almeida Tito: “é alteração da LDO”. Senhor Presidente: “vereador Boi, como vota?”. Vereador José Carlos de Oliveira: “a favor”. Senhor Presidente: “vereador Wesley de Jesus, como vota?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “favorável”. Senhor Presidente: “vereador Soldado Flávio, como vota?”. Vereador Flávio de Almeida: “vou votar contra, Presidente”. Senhor Presidente:



“vereador Silvânio Aguiar, como vota?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu também vou votar contra esse projeto”. Senhor Presidente: “vereador Tiago Tito, como vota?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “contrário, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “vereador Álvaro Azevedo, como vota?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “contra”. Senhor Presidente: “contra? Cinco votos a quatro, o projeto foi aprovado. Segunda votação do Projeto de Lei 1.913/2020. Vereador Coxinha, como vota?”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “concordo”. Senhor Presidente: “hein?”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “a favor. Concordo, a favor”. Senhor Presidente: “vereador Kim do Gás”. Vereador Ederson Sebastião Pinto: “favorável”. Senhor Presidente: “vereador Boi”. Vereador José Carlos de Oliveira: “a favor”. Senhor Presidente: “vereador José Guedes”. Vereador José Geraldo Guedes: “a favor”. Senhor Presidente: “vereador Wesley de Jesus”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “favorável”. Senhor Presidente: “vereador Soldado Flávio”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, esse projeto é votação simples?”. Senhor Presidente: “é, votação simples”. Vereador Flávio de Almeida: “simples?”. Senhor Presidente: “simples”. Vereador Flávio de Almeida: “eu sou contra”. Senhor Presidente: “infelizmente. Vereador Silvânio Aguiar”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu também sou contra, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “vereador Tiago Tito. Vereador Tiago Tito”. Vereador Tiago Almeida Tito: “contrário”. Senhor Presidente: “vereador Álvaro Azevedo”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “contra”. Senhor



Presidente: “projeto aprovado por cinco votos a quatro, encaminho à sanção”. 3) Projeto de Lei nº 1.914/2020, autoria do Poder Executivo, que “Altera dispositivo da Lei Municipal nº 2.763 de 31 de janeiro de 2020 e dá outras providências”. Senhor Presidente: “projeto também altera a LOA. Em primeira votação, em discussão. Vereador Coxinha, como vota?”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Presidente, se o senhor puder consultar e colocar em segunda votação também. Meu voto é a favor”. Senhor Presidente: “atendendo à solicitação do vereador Coxinha, se tiver algum vereador contrário que façamos a segunda votação desse projeto ainda hoje, se manifeste, por favor. Vereador Kim do Gás. Vereador Soldado Flávio com a palavra”. Vereador Flávio de Almeida: “Presidente, se ninguém tiver pedido vista, eu vou pedir, porque eu tenho dúvida”. Senhor Presidente: “cedida vista para o vereador Soldado Flávio de Almeida do Projeto 1.914/2020”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Coxinha”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “então foi aprovada segunda votação já, não é?”. Senhor Presidente: “foi, foi”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “está ok”. Senhor Presidente: “só que o vereador Soldado Flávio pediu vista”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “está ok, obrigado”. Senhor Presidente: “com a palavra, Álvaro Azevedo”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “se não me engano, o vereador Wesley, na reunião da semana passada, pediu vista desses projetos e voltou para a pauta hoje”. Senhor



Presidente: “está lembrado? Foi? Só um minutinho, por favor”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “Soldado Flávio, o vereador Wesley pediu vista”. Vereador Flávio de Almeida: “eu vou pedir adiamento de votação”. Senhor Presidente: “cedido adiamento de votação do Projeto 1.914 para o Soldado Flávio”. 4) Projeto de Lei nº 1.916/2020, autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei Municipal nº 2.620, de 29 de dezembro de 2017 e dá outras providências”. Senhor Presidente: “em discussão, em primeira votação, vereador Coxinha, como vota? Altera o PPA”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, tem como o senhor consultar o Plenário e colocar em segunda votação ainda hoje, por favor? Meu voto é a favor”. Senhor Presidente: “atendendo à solicitação do vereador Coxinha para que façamos a segunda votação do Projeto 1.916 ainda hoje. Se tiver algum vereador contrário, se manifeste, por favor. Com a palavra o vereador Soldado Flávio de Almeida”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, eu vou pedir adiamento de votação de novo e pedir para o nosso jurídico fazer um pequeno parecer dizendo se realmente é simples a votação. É porque, projetos tão sérios desses, eu queria só um parecer jurídico”. Senhor Presidente: “atendendo à solicitação do vereador Soldado Flávio de Almeida, cedido adiamento de votação do Projeto 1.916/2020”. 5) Projeto de Lei nº 1.918/2020, autoria dos vereadores Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Fausto Niquini Ferreira, Flávio de Almeida, Silvânio Aguiar Silva e Tiago Almeida Tito, que “Institui o auxílio emergencial financeiro para trabalhadores formais e



autônomos do comércio e prestadores de serviços de Nova Lima / MG que especifica; determina a adoção de medidas pelos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, no âmbito das compras públicas municipais em decorrência da situação de emergência pública reconhecida pelo Decreto Municipal nº 10.008/2020 e do Decreto nº 113/2020 do Estado de Minas Gerais, face à pandemia de Coronavírus (Covid-19) decretada pela Organização Mundial de Saúde e dá outras providências”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Silvânio Aguiar”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, esse é o projeto que é do comércio, o que a gente fez junto”. Senhor Presidente: “isso, positivo”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “então. Senhor Presidente, ainda cabe emenda nesse projeto?”. Senhor Presidente: “cabe, com certeza”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu vou esperar, o vereador Tiago Tito que quer se manifestar e o Flávio também e eu vou fazer uma proposta aqui”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Tiago Tito”. Vereador Tiago Almeida Tito: “é só porque eu acho, Senhor Presidente, que o vereador Coxinha nos pediu para assinar esse projeto em conjunto, se eu não me engano. Só para confirmar que ele também é um dos autores”. Senhor Presidente: “confirma, por favor”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “pediu sim, pediu sim”. Vereador Tiago Almeida Tito: “ele pediu”. Senhor Presidente: “pediu, pediu”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “ele pediu”. Senhor Presidente: “incluo também o nome do vereador Coxinha no Projeto de Lei nº 1.918/2020. Vereador Silvânio Aguiar”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu vou esperar, eu quero fazer uma



emenda, mas eu acho que ela cabe em outro projeto que está por vir e eu vou esperar um pouquinho. Obrigado, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “Coxinha”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “parece que o Coxinha caiu”. Senhor Presidente: “em discussão. Coxinha”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Wesley de Jesus”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “primeiro eu quero iniciar que eu vou votar contrário a esse projeto e eu vou explicar os motivos para a população. Esse projeto não vem só concedendo seiscentos reais de benefício para a população ou só tentando beneficiar o comércio. Ele muda e traz, vem tecendo novas regras que, a meu ver, vão em desencontro com a legislação federal das licitações. Porque estou ressaltando isso? Nós não podemos aproveitar do momento de pandemia para flexibilizar demais uma série de regras que o objetivo principal é proteger a lisura dos processos licitatórios. Então, eu venho aqui falando que eu dou meu total apoio se fosse um projeto de lei que tivesse o cunho, a única vontade de beneficiar o cidadão que está em situação de vulnerabilidade ou então auxiliar o comércio, como eu já defendi, mas nesse caso específico, nós não podemos mudar ou ir contrário a projetos de leis de âmbito federal, principalmente na lei de licitação, levando em consideração que ao flexibilizar para o Executivo, nós também estamos flexibilizando várias regras de leis de licitações na Câmara Municipal, das quais várias eu já tenho dúvidas pelo procedimento. Então, o meu voto vai ser contrário e eu já manifesto aqui o meu posicionamento”. Senhor Presidente: “em



discussão, em primeira votação o Projeto de Lei 1.918/2020. Vereador Coxinha, como vota? O senhor faz parte do projeto, vereador Coxinha, lembrando”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “eu faço parte?”. Senhor Presidente: “é, o senhor pediu que incluísse o senhor”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “está ok. O meu voto é contra, Presidente”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “uai”. Senhor Presidente: “uai, contra o seu projeto?”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “sim senhor, Presidente”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “essa é para rir, viu”. Vereador José Guedes: “não problema, Coxinha”. Senhor Presidente: “vereador Kim do Gás?”. Vereador Ederson Sebastião Pinto: “contrário”. Senhor Presidente: “vereador José Guedes?”. Vereador José Geraldo Guedes: “justificativa de voto. É interessante. O Coxinha tem todo direito de voltar atrás pelo fato seguinte, os vereadores votaram há poucos minutos contra os 30% do prefeito. Não é isso, Wesley?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “isso”. Vereador José Guedes: “então votaram contra, tem todo direito de voltar atrás, porque querem empurrar tudo em cima da Prefeitura, mas na hora de votar o porcentual que é de lei, de 15 para 30, os vereadores votaram contra... Então, a prefeitura, o prefeito tem lá os 30%. Você está de parabéns por ter voltado atrás. Não é pelo fato de fazer parte do projeto... O senhor não tem a obrigação de votar sim ou não... Direito de votar sim ou se abster do voto. Parabéns para o senhor. (...) Nós sabemos... Maldita que vai ser para o ano que vem... Já está bancando. Obrigado”. Senhor Presidente: “vereador, é o direito dele. A única coisa que o vereador não pode fazer é



voltar o voto, isso é que não pode. Com a palavra o vereador Boi. Como o senhor vota, vereador Boi?”. Vereador José Geraldo Guedes: “eu não votei ainda não”. Vereador José Carlos de Oliveira: “contra”. Senhor Presidente: “vereador Wesley, o senhor já declarou o voto. Vereador Soldado Flávio?”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, só uma justificativa de voto. Eu votei contrário ao de 15 para 30% porque imagina o senhor, a gente pega um rato, você dá asas para ele, nós estamos lascados, haja queijo nessa cidade. Eu voto a favor do nosso projeto bem trabalhado, bem formulado, é a favor”. Senhor Presidente: “vereador Silvânio Aguiar, como vota?”. Vereador José Geraldo Guedes: “Senhor Presidente”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu voto a favor, mas eu quero justificar também. A Lei 123 já regulamenta e já flexibiliza as compras da administração municipal. Em um momento de pandemia, isso é ainda mais justificável. Então, eu acho rasa a justificativa da 8.666. Eu conheço a 8.666, mas a gente sabe que tem uma flexibilização justamente para premiar o comerciante local, o pequeno empreendedor, é justamente para isso que se pensou a Lei 123, ela já traz no corpo dela ações nesse sentido. Então, eu penso que a justificativa é rasa, muito embora eu respeite a justificativa do vereador, talvez a população, o comerciante, quando eles forem analisar esse voto favorável ou contra, ele dê uma lida na Lei 123, que ele vai entender que a gente estava fazendo uma lei que é totalmente favorável, que é totalmente pertinente e que ajudaria sim o comerciante local. Mas o meu voto é favorável, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “vereador



Tiago Tito, como vota?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, eu voto favorável. Essa lei além de ter a prerrogativa de dar um auxílio emergencial para aqueles autônomos e prestadores de serviços do comércio, ela tem um âmbito muito interessante das compras governamentais, sejam elas da Prefeitura ou da Câmara, serem prioritárias aos comerciantes locais, visto que o nosso comércio foi, no momento, surpreendido por uma decisão judicial para fechar, então eles vão ficar mais frágeis ainda. Então, toda aquela compra, seja de uma cesta básica que a Prefeitura vai montar, ela poderia comprar, através dessa lei, nos supermercados de Nova Lima, ou seja, iria manter empregos, manter a renda, o dinheiro rodando dentro da nossa própria cidade, não é à toa que nos colocamos esse projeto. O vereador Silvânio foi muito feliz, a 8.666 também dá flexibilização em decorrência de decretos de estado de calamidade, estado de sítio e outros decretos de ordem pública, que ela também pode flexibilizar, tanto é que o município está fazendo várias contratações dispensando licitações em decorrência desse decreto da pandemia. Então, a ideia era essa. A gente fica triste pelo comerciante local, pelas empresas locais que não vão ter a oportunidade de nesse momento vender para a Prefeitura com mais acesso, porque a gente sabe muito bem que em processos licitatórios, as grandes empresas chegam aqui e engolem os pequenos e os médios empreendedores”. Senhor Presidente: “seria uma excelente...”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereador Tiago, o senhor me dá um aparte? É só para fazer um comentário. Se vocês pegaram Belo Horizonte, por exemplo, a cesta básica que eles



estão doando para as crianças das escolas, as pessoas estão pegando nos supermercados, ou seja, muito possivelmente o Kalil fez uma compra, com toda certeza deve ter tido uma licitação, é lógico e evidente, mas fez uma compra prestigiando os comércios da cidade de Belo Horizonte. Então, eu acho que é um contrassenso votar contra um projeto desses, mas respeito quem vota contra, eu acho que cada um faz o que pensa. Muito obrigado, senhor vereador”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Wesley de Jesus”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “Presidente, eu só gostaria de ressaltar que a lei de licitação já traz alguns benefícios, principalmente para o micro e o pequeno. Nós temos um processo licitatório, que eu estou acompanhando mais de perto, por se tratar de uma regularização fundiária, na qual o primeiro colocado ofereceu um valor menor e o segundo teve o direito de cobrir a oferta dele porque a lei de licitação assim permite. Mas eu vou falar para vocês uma coisa, povo que nos assiste em casa, povo do Brasil, ontem eu ouvi um deputado falando isso, o Cleitinho, tem político nesse país, e eu não estou citando o caso de Nova Lima específico não, está roubando esse país, aproveitando o COVID, tem gente superfaturando contratos com o COVID. Então, não é momento de propor projeto de lei de flexibilização da legislação, tem muita gente oportunista. Então, o que eu quero que as pessoas vejam, eu quero deixar claro, eu não estou votando contra seiscentos reais de benefício, eu estou votando contra uma lei em que o primeiro artigo vem falando que é um benefício, o segundo artigo e um tanto de artigos que vem flexibilizando, que vão acabar atingindo o município como um todo. Eu



não posso permitir isso, mesmo sendo da base do prefeito, mesmo sabendo que isso pode beneficiar o próprio Executivo, eu não posso permitir isso, mesmo sabendo que o Vítor Penido é um prefeito sério, que não tem nenhuma denúncia concreta contra o governo atual dele, mas eu não posso permitir isso como advogado, enquanto gestor e fiscalizador, com essa flexibilização, eu não posso permitir. E volto a dizer, nesse país está cheio de político ladrão, roubando o país em um momento de pandemia”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Soldado Flávio”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, só acrescentar que o país está cheio de ladrão, mas esses ladrões estão em Nova Lima também, tem muito político em Nova Lima roubando, desviando o recurso público. Essas coisas não são o Brasil fora de Nova Lima, é dentro de Nova Lima”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “concordo”. Vereador Flávio de Almeida: “você vê aí, tem notas fiscais que saem todas do mesmo endereço, do Bairro Betânia, é só isso. Só que infelizmente o poder judiciário leva um tempo maior para chegar nessas coisas. Obrigado, Presidente”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador José Guedes”. Vereador José Geraldo Guedes: “se tem desvio, que o vereador ingresse na justiça, como nós ingressamos na justiça com a CPI dos trinta e dois milhões... Está demorando. Como disseram, o judiciário demora, mas um dia será apurado. Realmente em Nova Lima, no passado, não tinha só rato, tinha uma ratazana completa, está na CPI. Então, espero que se realmente apurar, alguns políticos do passado vão para a cadeia. Obrigado”. Senhor Presidente: “é lamentável em um momento em que poderíamos



incentivar o comércio, essas pequenas mercearias dos bairros, dar uma aquecida no comércio local da cidade, um projeto até simples, infelizmente, os vereadores da base votam contra um projeto que ia incentivar o comércio, o aquecimento do comércio local, infelizmente. Com a palavra o vereador Álvaro Azevedo”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “... comércio... Hipocrisia do senhor”. Vereador Álvaro Alonso Perez Moraes de Azevedo: “Senhor Presidente, naturalmente, meu voto é a favor, mas eu quero aqui também justificar o porquê eu estou votando a favor, naturalmente além de ter assinado o projeto, eu quero só esclarecer alguns pontos. A gente não está flexibilizando a lei ou as regras da licitação. O prefeito, quando decreta estado de emergência, ele mesmo flexibiliza as regras da licitação, mas enfim, pode ser que os vereadores não saibam disso, mas só para esclarecer. E no nosso projeto, realmente, essas regras não estão sendo flexibilizadas, mas a gente está respeitando a Lei Complementar 123/2006, que é o Estatuto Geral das Micro e Pequenas Empresas, é uma lei federal, a gente não está inventando a roda ou querendo inventar a roda. Essa justificativa, embora eu respeite o voto dos vereadores, mas se os senhores me permitirem discordar, é uma justificativa, na etimologia mesmo da palavra, uma justificativa medíocre, porque a gente não está flexibilizando regra nenhuma de licitação, a gente está é relembrando essa Lei Complementar 123, para fazer com que o município gaste o valor arrecadado aqui, que ele gaste aqui na cidade, mas pelo visto a Prefeitura, com a base dos vereadores, dos cinco vereadores que votaram contra o



projeto, apesar de um vereador, sem ter lido o projeto, ter pedido para assinar e agora vota contra o projeto que ele mesmo quis assinar. Os vereadores e a Prefeitura parecem que preferem pagar duzentos reais de auxílio para a população por mês, ao invés de pagar seiscentos reais de auxílio, uma Prefeitura que tem um caixa superior a duzentos milhões, em detrimento do sacrifício do servidor público. Portanto, é triste o comércio perceber que, infelizmente, não pode contar com a Prefeitura Municipal e muito menos com os cinco vereadores da base do prefeito. E na justificativa do vereador Wesley de falar que tem receio de haver flexibilização e mal feitos, ele deve estar, portanto, acostumado com um prefeito que tem já uma condenação nas costas por ter mal feito em licitação pública e beneficiar o filho no posto de gasolina, essa deve ser a real justificativa do vereador em votar contra esse projeto”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Vereador Álvaro Azevedo, eu acompanhei o senhor há mais tempo, nós já fomos do mesmo partido”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “infelizmente”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “falar comigo de pai que beneficia filho na execução das suas atividades, o senhor é muito hipócrita de falar isso, mas eu não vou render, porque o senhor inclusive, com o pai de Vossa Excelência, responde a um processo no Conselho Nacional de Justiça por perseguir vereador dentro da cidade no último mandato, e cassando vereador para beneficiar Vossa Excelência. Não sou eu quem estou falando, é o Conselho Nacional de Justiça e ministros do Tribunal Superior Eleitoral que falaram isso. Eu só entendo que as regras hoje já



beneficiam, inclusive as empresas de participarem, e eu não gostaria de votar, como não votei e quero meu voto respeitado, de não votar nenhuma flexibilização a mais. E eu não sei por que, inclusive, a insistência, vocês estão insistindo tanto em votar um projeto que, a princípio, beneficiaria tão somente o Executivo. Então, eu não voto flexibilização, já falei os meus motivos, tenho visto no país inteiro uma série de irregularidades. E Vossa Excelência, antes de me dar lição de moral, deveria fazer uma pré-análise. E, se precisar, eu ainda falo mais aqui, se me der mais dez minutos, vinte minutos, eu falo o que tiver que falar para justificar as minhas considerações iniciais”.

Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente. Com toda certeza do mundo, eu posso me orgulhar do pai que eu tenho, vereador Wesley, eu posso me orgulhar do pai que eu tenho. Inclusive mandar um abraço para ele que hoje está fazendo aniversário. Parabéns, pai, eu tenho muito orgulho do senhor, eu posso falar isso”. Senhor Presidente: “eu gostaria de aproveitar e dar os parabéns, um forte abraço para o senhor, Dr. Juarez, completando mais um ano de vida hoje, felicidades, muita paz, saúde nesse tempo de pandemia principalmente, que Deus lhe dê tudo de bom, juntamente com a sua família e que o senhor possa ainda curtir por muitos e muitos anos os seus filhos, seus netos, quiçá, os seus bisnetos. Felicidades. Por cinco votos a quatro, o projeto de lei foi rejeitado”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, nesse projeto o senhor vota, o senhor assinou o projeto, o senhor é autor, uai”. Senhor Presidente: “não, mas não voto, infelizmente, não. Infelizmente, eu não voto”. Vereador



Flávio de Almeida: “o senhor tem certeza?”. Senhor Presidente: “sim. Jurídico”.

Vereador Flávio de Almeida: “então é só aqui em Nova Lima”. Senhor Presidente:

“infelizmente”. Vereador Flávio de Almeida: “o autor Senhor Presidente... O autor, quando o senhor assina um projeto, muda-se aquilo que está previsto”. Senhor

Presidente: “é, infelizmente. Jurídico. Não, infelizmente”. Vereador Flávio de Almeida:

“o senhor já imaginou se o senhor fizer um projeto amanhã... Como vai fazer?”. Senhor

Presidente: “Soldado Flávio, mas tem vereador que faz o projeto e vota contrário”.

Vereador Flávio de Almeida: “tem isso também”. Senhor Presidente: “tem de tudo.

Com a palavra o vereador José Guedes”. Vereador José Geraldo Guedes: “realmente

tem de tudo mesmo. Às vezes a gente não pode ficar calado, aqui em Nova Lima o povo está vendo, cinco vereadores são contra tudo e são a favor de nada, o povo está vendo.

Então, a gente luta o tempo todo para que a nossa Nova Lima seja beneficiada,

principalmente a classe pobre. Tem seis projetos que há mais de um ano estão parados nessa Câmara, seis projetos que vão ajudar as classes pobres, então é muita coisa errada.

Nova Lima, para eu finalizar, o errado é que é o certo, o errado que é o certo. O povo

está vendo isso. Obrigado”. Senhor Presidente: “vereador José Guedes, mais uma vez,

eu vou falar para o senhor, o senhor fica falando que o Presidente fica engavetando projeto, talvez o senhor não esteja atento, simplesmente, a Prefeitura, o seu prefeito

Vítor Penido recolheu todos os projetos habitacionais porque se encontram todos irregulares, sob orientação do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Talvez o



senhor não estivesse ciente. Ok?”. Vereador José Guedes: “isso foi recente? Foi recente. Espera, Senhor Presidente, eu fui citado. Senhor Presidente, eu fui citado”. Senhor Presidente: “bloqueia o microfone dele, por favor. Assessor, bloqueia, por favor”.

6) Veto Integral do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 1.901/2019, autoria do vereador Tiago Almeida Tito, que “Dispõe sobre a implantação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas escolas públicas e particulares de Nova Lima”.

Senhor Presidente: “em discussão, em primeira e única votação. Vereador Coxinha, como vota?”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Presidente, não estou ouvindo”. Senhor Presidente: “estou te ouvindo. Vereador Coxinha”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “não estou ouvindo, o que que foi?”. Senhor Presidente: “como vota o veto integral ao projeto de lei 1.901”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “veto do prefeito?”. Senhor Presidente: “veto do prefeito ao projeto de lei nº 1.901”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “para que? Colocar serviço de psicologia nas escolas?”. Senhor Presidente: “isso, positivo”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “sim senhor, Presidente. Como presidente da comissão de educação, eu voto contra o prefeito, contra o veto do prefeito, psicologia nas escolas. Está de parabéns o vereador Tiago Tito, quero parabeniza-lo”. Vereador Tiago Almeida Tito: “obrigado”. Senhor Presidente: “muito bem. Vereador Kim do Gás?”. Vereador Ederson Sebastião Pinto: “eu voto contra, ainda mais que minha esposa é psicóloga. Vou parabenizar o vereador Coxinha que votou contra. Eu vou votar contra, Presidente”. Senhor Presidente: “vereador José



Guedes, como vota?”. Vereador José Geraldo Guedes: “voto contra”. Senhor Presidente: “como vota?”. Vereador José Geraldo Guedes: “contra”. Senhor Presidente: “vereador Boi, como vota?”. Vereador José Carlos de Oliveira: “contra”. Senhor Presidente: “vereador Wesley de Jesus, como vota?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “contra o veto”. Senhor Presidente: “vereador soldado Flávio de Almeida, como vota?”. Vereador Flávio de Almeida: “contra o veto”. Senhor Presidente: “vereador Silvânio Aguiar, como vota?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, mantendo essa fama nossa de votar contra tudo em Nova Lima, eu vou votar contra o veto do prefeito, não é mesmo? Manter a minha fama. Voto contra, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “muito bem. Vereador Tiago Tito, como vota?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “obviamente contra, Senhor Presidente. Aproveitando e agradecendo aos vereadores que me antecederam e votaram contra. Esse projeto é para realmente auxiliar os professores, supervisores, diretores e toda a comunidade escolar com a implantação do serviço de psicologia dentro das escolas e o serviço do profissional de assistência social também, para aliviar aquele peso de conflitos sociais, encaminhamento de programas sociais. Ter o profissional de assistência social e o psicólogo nas escolas vai ser muito benéfico para a comunidade escolar. Então, o meu voto é contrário ao veto”. Senhor Presidente: “vereador Álvaro Azevedo, como vota?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “contra, Presidente”. Senhor Presidente: vereador Fausto Niquini, Presidente, como vota? Contra o veto. Por dez votos a zero, o veto foi



derrubado. Vereador soldado Flávio de Almeida? Votou, ué?”. Vereador Flávio de Almeida: “se quiser, eu voto de novo, contra”. Senhor Presidente: “votou. Por dez votos a zero, o veto do Executivo ao projeto de lei nº 1.901 foi derrubado. Encaminho à promulgação”. 7) Veto Parcial do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 1.904/2020, autoria vereador Tiago Almeida Tito, que “Dispõe sobre autorização legislativa ao Poder Executivo Municipal a executar ações necessárias a efetivar as medidas objetos do Decreto Municipal nº 9.805 de 25 de janeiro de 2020, que declara situação de emergência no Município de Nova Lima, reconhecendo-a em razão de situação anormal, caracterizada pelo volume imprevisível de chuvas ocorridas no período de 23/01/2020 e 25/01/2020 e seus efeitos no território do Município, e dá outras providências”. Senhor Presidente: “em primeira votação e única votação. Com a palavra o vereador Tito Tiago”. Vereador Tiago Almeida Tito: “esse projeto também é de minha autoria. Só para ressaltar a quem nos assiste e aos demais vereadores, é um veto parcial, mas ele veta exatamente a parte central do projeto, que é a possibilidade de a prefeitura construir muros de contenção, muros de arrimo naquelas casas que foram afetadas pelas fortes chuvas desse ano. Então, ao invés de a prefeitura tirar essas pessoas, pagar por uma vida inteira um aluguel social, dando autorização para que ela possa construir muros de arrimo, muros de contenção para que as pessoas consigam viver no seu ambiente, na sua casa. Claro, respeitando que a casa tem que ser do morador, o morador também não possa ter condição social de fazer, executar esse muro.



É pedir aos vereadores o apoio, quem puder quebrar esse veto também, derrubar esse veto, por gentileza. Já aproveito, senhor vereador, você me deu a fala, já manifestar o meu voto contrário ao veto”. Senhor Presidente: “vereador Coxinha, como vota?”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “esse é veto do prefeito, Presidente?”. Senhor Presidente: “é veto do prefeito”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “nossa senhora. Eu queria parabenizar o vereador Tiago Tito, parabéns pela iniciativa, mas eu vou votar contra o prefeito”. Senhor Presidente: “vai votar como, Coxinha?”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “vou votar contra o prefeito, para quebrar o veto do prefeito, contra o prefeito. Parabéns, vereador Tiago Tito. Voto contra”. Senhor Presidente: “o vereador Coxinha hoje está inspirado. Vereador Kim do Gás, como vota?”. Vereador Ederson Sebastião Pinto: “Presidente, como eu sou morador da periferia, várias casas do meu bairro foram atingidas. Com essa pandemia, muitos pais desempregados, passando até necessidade. Eu vou votar contra o veto do prefeito, vou votar a favor do Tiago Tito, para fazerem o mais rápido possível esse muro, para as pessoas que mais necessitam em todos os bairros de Nova Lima. Eu vou votar contra o veto do prefeito”. Senhor Presidente: “vereador José Guedes, como vota?”. Vereador José Geraldo Guedes: “justificativa de voto. Como eu sou um vereador coerente, sempre fui, sou de periferia, sei o quanto as pessoas sofrem... Principalmente com as chuvas, tempo chuvoso que arrasou alguns bairros de Nova Lima. Sou totalmente contra... Principalmente, as pessoas mais carentes. Sempre estarei contra, não importa



que seja o prefeito. Eu vou votar contra”. Senhor Presidente: “Vereador Boi, como vota?”. Vereador José Carlos de Oliveira: “eu voto contra”. Senhor Presidente: “vereador Wesley de Jesus, como vota?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “Presidente, eu quero ressaltar que votar contra ou a favor do veto, não quer dizer que eu estou votando contra ou a favor do prefeito. O prefeito tem a parte técnica e jurídica dele, que entende que não podem ser feitos alguns muros de contenções em área particular. Ele, obrigatoriamente, tem que vetar o projeto se o jurídico dele indicar que existe uma inconstitucionalidade. A partir do momento que ele alega inconstitucionalidade, ele faz o papel dele, volta para a Câmara e a Câmara derruba o veto, a lei está vigente e a única pessoa que pode falar que é inconstitucional ou não, não é mais a procuradoria, mas sim o próprio judiciário. Se o judiciário não falar que é inconstitucional, então não é inconstitucional, pode ser feito e o prefeito fica na condição de cumprir a legislação. Então, eu acredito que nesse cenário, mesmo a procuradoria do município entendendo que o projeto de lei é inconstitucional, o prefeito pode sim, a partir do momento que a Câmara se posicionar pela segunda vez, executar a lei e a legislação que está no município. Por esse motivo, eu voto contra o veto do prefeito, autorizando principalmente que sejam feitos os muros de contenção naquelas casas em que as pessoas não têm condições de fazer, que normalmente são as pessoas mais pobres do município de Nova Lima”. Senhor Presidente: “vereador Soldado Flávio de Almeida, como vota?”. Vereador Flávio de Almeida: “a favor das pessoas mais carentes, Senhor



Presidente, pessoas que não são olhadas por esse governo. Diga-se de passagem, é real, é verdade. Você vê a rodovia chegando em Santa Rita, está caindo, a desculpa é a de sempre, é do DEER, mas se tivesse alguma empresa ou alguém querendo comprar um lote lá, rapidinho a rodovia já tinha recebido...”. Vereador José Geraldo Guedes: “é logico que é do DEER, uai”. Vereador Flávio de Almeida: “vereador José Guedes, eu estou com a palavra, o senhor tem que ficar em silêncio, tem que respeitar o meu direito constitucional. Então, Senhor Presidente, se tivesse interesse, alguma empresa chegando lá, querendo comprar lote lá, algum supermercado querendo construir lá, a rodovia automaticamente passaria, através de um acordo, para o município, como ocorreu no restante dela, lá em cima, perto das Seis Pistas. E dizer um pouco mais, que eu sempre votei com certa justiça, vereador José Guedes. Inclusive o senhor está sentado nessa cadeira porque eu votei a favor do senhor há algum tempo atrás. Então, pode parar de graça para cima de mim. Obrigado, Presidente”. Vereador José Geraldo Guedes: “Senhor Presidente, eu fui citado”. Senhor Presidente: “com a palavra do vereador José Guedes”. Vereador José Guedes: “realmente em Santa Rita é obra do DEER, a MG-030 pertence ao DEER. Está pegando o boi que a prefeitura está fazendo essa obra de duplicação. Eu estou nessa cadeira aqui há vinte e sete anos, quatro meses e vinte e um dias porque eu sou honesto, eu sou honesto”. Vereador Flávio de Almeida: “eu votei... Ficar na cadeira, quando o senhor errou”. Vereador José Geraldo Guedes: “eu estou com a palavra, agora você fica calado, o senhor me mandou calar”. Vereador Flávio de



Almeida: “quando o senhor errou. Cuidado, cuidado, viu”. Vereador José Geraldo Guedes: “cuidado nada, eu não tenho medo não”. Vereador Flávio de Almeida: “cuidado, rapaz. Cuidado com o seu coração”. Vereador José Geraldo Guedes: “que cuidado o que, rapaz?”. Vereador Flávio de Almeida: “cuidado com o seu coração para o senhor não enfartar”. Senhor Presidente: “vereador soldado Flávio, com a palavra o vereador José Guedes”. Vereador José Geraldo Guedes: “eu estou com a palavra. O senhor votou sim, porque o senhor viu que eu estava sendo injustiçado. Votou sim”. Vereador Flávio de Almeida: “então, eu não voto contra tudo, não é?”. Vereador José Geraldo Guedes: “não. Senhor Presidente, eu estou com a palavra. O senhor empurrou por três vezes o procurador da Câmara na parede, então o senhor não pode falar comigo não, eu estava defendendo a minha honra. O senhor, após uma reunião aí, tem dez testemunhas, o senhor empurrou o procurador na parede. Então, eu fui atacado por três vezes por um elemento irresponsável, dentro do meu trabalho. Vou defender a minha honra. Ter cuidado de que?”. Vereador Flávio de Almeida: “com o coração”. Vereador José Guedes: “eu sou uma pessoas que anda em Nova Lima de cabeça erguida. Cabeça erguida, entendeu? Não adianta esse negócio de me ameaçar, não adianta, o senhor sabe disso. Senhor Presidente, encerrei por aqui. Vamos acabar com essa polêmica, senão eu vou ter que falar muita coisa. Obrigado”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Soldado Flávio”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, o jurídico está aí, ele pode falar se eu o empurrei, ou algum vereador que assistiu essa cena aí, porque isso



é muito sério. E eu não ameacei o senhor hora nenhuma não, vereador José Guedes, muito pelo contrário, eu sempre votei com o senhor nas coisas certas, não é? As coisas erradas eu jamais tenho que votar. E se o senhor tem alguma coisa contrária para falar desses cinco mandatos meu, esse microfone do senhor é um microfone aberto, o senhor pode fazer as acusações aí, pode ficar à vontade. Obrigado, Presidente”. Vereador José Geraldo Guedes: “para terminar, Senhor Presidente, eu fui citado. Eu tenho dez testemunhas como o senhor empurrou o procurador na parede. Obrigado. Acabou”. Senhor Presidente: “vereador Silvânio Aguiar, como vota?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, primeiro, dez devem ser dez vereadores, eu não testemunho não, Senhor Presidente”. Vereador Flávio de Almeida: “isso aí. Obrigado, Silvânio”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “mas voltando, com relação ao voto, Senhor Presidente, eu fico pensando que a gente podia ter incluído outras obras também, Tiago, podia ter incluído o Matadouro, que as pessoas não conseguem ir mais para Honório Bicalho, passando pela Rua Rio de Janeiro; podia ter incluído o Areião do Matadouro que está caindo, Nossa Senhora de Fátima, tantas obras, é uma pena. Lógico que eu entendo o que você fez, lógico e evidente, baseado na legalidade, respeitando as pessoas de menor poder aquisitivo. Mas o meu voto é para quebrar o veto do prefeito. E que bom que fizeram um acordão aí, fizeram uma acordo lá. Eu estou vendo que a gente não vota tudo contra não, tudo a favor quando quer, não é? Estou vendo que nós estamos mudando, isso é importante, bacana”. Senhor Presidente: “vereador Tiago Tito, como



vota? Ah, o senhor já declarou o seu voto. Vereador Álvaro Azevedo, como vota?”.

Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “contra, Presidente. Contra o prefeito”. Senhor Presidente: “vereador Fausto Niquini, Presidente da Casa, como vota?”

Voto contra o veto do prefeito. Por dez votos, o veto foi derrubado, ao projeto de lei nº 1.904/2020. Encaminho o veto à promulgação. Agradecendo a presença de todos, sob a proteção de Deus, declaro encerrados os nossos trabalhos. Uma boa noite a todos”._____